

A Arquitetura in-disposição: os arquitetos e as ocupações urbanas da RMBH

Tiago Castelo Branco Lourenço

Arquiteto, Urbanista, Historiador e Maquetista

Mestre em Arquitetura pela Escola da Arquitetura da UFMG

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Centro Universitário Izabela Hendrix

A arquitetura nas ocupações urbanas, os intocáveis

A presença dos arquitetos nas ocupações urbanas tem sido importante dentro da luta política das ocupações urbanas da RMBH, Região Metropolitana de Belo Horizonte. As ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá¹, são os três estudos de caso que fundamentam as reflexões deste artigo². O alinhamento deste profissional junto com os moradores e movimentos sociais tem se apresentado como um argumento técnico que trabalha a partir da perspectiva contra hegemônica, conferindo uma força para a resistência que o discurso político por si só não consegue se contrapor:

Porque o arquiteto é isso. O fato de um movimento falar que aquele espaço não é precário é uma coisa. O argumento de autoridade técnica, teórica de um arquiteto é outra. Ele mostrar que é outra coisa, já é uma disputa política de primeira ordem. Teve esse aporte de criar outro terreno de disputa para as ocupações que não tinha chegado antes de ter esse aporte do grupo de arquitetos. (Otoni, 2014, entrevista)

Apesar de trabalhar para um discurso de resistência ao que aí está, o arquiteto tem na condução de seu trabalho dentro das ocupações uma atitude ainda contraditória que reafirma uma prática heterônoma que caracteriza a sua atuação profissional também em outros ambientes em que ela acontece.

Dentre os discursos que fundamentam a prática da arquitetura temos o discurso competente, uma ideologia tecnocrática com fundamentos autoritários que encontra grande

¹ Outras ocupações urbanas também tem tido o acompanhamento de assessorias técnicas de arquitetos e urbanistas, dentre elas: Rosa Leão, Vitória e Esperança na Região da Mata da Izidora na região norte da cidade de Belo Horizonte no limite com o município de Santa Luzia, a Ocupação William Rosa no município de Contagem, e a Ocupação Nelson Mandela na região do Vale do Jatobá em Belo Horizonte.

² Este artigo foi orientado pela professora Silke Kapp dentro do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, dele originou um dos capítulos da dissertação “Cidade Ocupada” defendida por mim no dia 22/07/2014 dentro do referido programa. A dissertação foi também orientada pela mesma professora.

rebatimento na sociedade (Lopes de Souza, 2008: 69). Como os movimentos e demais ativistas sociais e os moradores das ocupações também participam desta sociedade e são submetidos as suas ideologias esta situação não seria diferente, mesmo que eu como arquiteto e outros profissionais da arquitetura que tem atuado nas ocupações urbanas busquemos sempre estarmos atentos a essas contradições inerentes a nossa profissão.

As evidências levantadas nesta pesquisa acerca desta contradição são externadas em entrevistas como a do geógrafo Leonardo Debossan, quando fala da importância do arquiteto dentro de uma ocupação urbana, comparando com a capacidade de mobilização deste profissional e aqueles vinculados a Geografia:

Esse é o papel fundamental, eu acho que entra muito na disputa com o estado, nesse arcabouço técnico e isto é uma coisa fundamental para ocupação é aquilo que você falou, um arquiteto da ocupação, é um arquiteto não um geógrafo, o geógrafo vai começar a falar da cidade com o cara e quem vai dar a casa ali é o arquiteto, então o cara tem um prestígio na ocupação que é mais que médico, é um estrato social muito forte na ocupação, na Eliana Silva eu vi isso, no dia que os arquitetos chegavam, a assembléia lotava, falavam muito rápido, eu não entendia nada, então eu acho para além do arcabouço técnico do apoio político, a figura do arquiteto ele tem uma função muito importante ali no chão da ocupação, saber que tem um arquiteto ali dentro é muito importante para quem está lá na ocupação para impulsionar. (Debossan, 2014, entrevista)

A população fica impulsionada por essa presença do arquiteto por causa de uma suposta competência que ele é portador, muito mais que uma reflexão teórica que o geógrafo oferece, o arquiteto significa para os moradores a técnica, a prática sobre o espaço, ele vai tornar realidade a casa própria.

A importância do arquiteto dentro da ocupação se restringe as questões de ordem coletiva na organização do espaço, aquelas que os moradores encontram uma maior dificuldade em resolver entre si. Neste ponto os moradores colocam o arquiteto dentro de uma condição em que nós ficamos mais confortáveis, a prática heterônoma do projeto, onde o “usuário” tem uma atitude passiva, e não é capaz de decidir por si mesmo, condição que já estamos habituados em nossa prática cotidiana (Kapp; Baltazar; Morado, 2008).

Essa lógica tem uma profundidade ideológica tão marcante que mesmo em situações sociais como a das ocupações urbanas onde os sujeitos têm uma maior possibilidade

de romper com essa ordem, a presença do arquiteto é vista como a de um senhor absoluto para as decisões de ordem coletiva. Este discurso é construído pelas lideranças dos movimentos sociais e referendado pelos moradores. Esta situação se transforma quando o espaço discutido é o espaço individual, neste o morador assume as rédeas da apropriação espacial, sendo o arquiteto às vezes consultado sem a preocupação com seu real posicionamento.

A atuação do arquiteto ao elaborar um plano urbano com suas ruas e lotes é importante para que o local não se configure como uma “favela”, sinônimo para os moradores de se morar em “becos”. Para os moradores a atuação do arquiteto é a que garante diferenças em relação à maneira como moravam antes da ocupação, a contribuição nestas questões de ordem coletiva, que Jéssica Vidal (2014, entrevista) moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá se considera como incapaz de realizar: *“Dividiram os lotes, fizeram os mapas com cada um em seu lote, fizeram também o sorteio dos lotes. O quê mais? Ajudaram muito a ensinar os bando de burros a fazer o que a arquitetura fazia. Ah! Eu acho que fez o principal.”*.

A ordem que o plano urbano dos arquitetos garante é considerado como essencial, caso este espaço não tivesse esta característica e tivesse se transformado numa favela para os moradores teria sido quase certo o despejo:

Essencial. Se a comunidade está lá até hoje, tirando a luta do povo, foi à arquitetura. Porque se tivesse deixado a ocupação crescer desordenadamente, sem aquele projeto das ruas, como foi feito, se tivesse deixado os becos, eu acho que a comunidade já teria saído há muito tempo. O projeto ficou muito bom e é muito respeitado. (Anjos, 2014, entrevista)

Este papel de estabelecer a ordem e garantir que os fortes não se sobrepõe aos mais fracos, como pode ocorrer num assentamento precário marcado por ações espontâneas, é destacado por Misael Rubens Moreira, morador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá:

A parte da arquitetura foi o que organizou a comunidade. Se a arquitetura não tivesse entrado, colaborando com esse projeto, a situação estaria mais violenta e mais crítica, porque ia ser aquela lei do mais forte, nego ia pegar um pedaço maior, nego ia querer pegar pedaço do outro. Entendeu? O pessoal da arquitetura, eles evitaram ter mais conflitos. Então na verdade nós não tivemos conflito por causa do terreno, por causa de espaço, nós não tivemos justamente por que o pessoal das brigadas organizou as listas de presença e a arquitetura fez o projeto. A comunidade aceitou isso, cada um ficou com um pedacinho que foi designado e não teve essa luta por causa de terreno. (Moreira, 2014, entrevista)

O prestígio que o profissional de arquitetura tem dentro desta sociedade é mantido dentro da ocupação urbana, e garante sua condição de “intocável”, a sua atuação é vista sempre como portadora de verdades inquestionáveis, é a garantia de acesso a privilégios que a população que mora na ocupação não está habituada a acessar, conforme expõem Poliana Souza, moradora da Ocupação Eliana Silva e Maria do Rosário Carneiro, advogada e ativista social que acompanha a Ocupação Dandara:

A arquitetura é coisa para rico, num é isso que a gente ouve falar? Mas eu lembro do primeiro contato que eu tive, foi no primeiro Eliana Silva, eu lembro da gente conversando com umas pessoas e falaram de algumas pessoas que tinham feito um projeto, inclusive falaram de você que tinha feito o projeto da Dandara e a gente queria conhecer, eu lembro da primeira visita de vocês, a gente na barraca de lona que era a creche, e a gente vendo o projeto, eu achava aquilo coisa de louco, “não acredito que esse povo vai fazer isso”, era o máximo. (Inácio, 2014, entrevista)

Para a auto-estima dos moradores eu acho que é fantástico, e fundamenta quando eles falam: Não os arquitetos que planejaram a nossa comunidade, para você ver é um argumento que o povo usa, o povo se apropriou disso. (Carneiro, 2014, entrevista)

A perspectiva de uma futura regularização da ocupação, coloca os arquitetos e advogados como sujeitos que podem garantir no futuro essa inclusão, o acesso a privilégios que a população não tem, levando a colocá-los como sujeitos a serem respeitados:

Acho que o pessoal vê a galera da arquitetura e os advogados com respeito. Tipo, a gente quer ocupar e quer que o Estado regularize. Mas a gente entende que isso tem leis e a gente não entende das leis, das regras. Então vamos seguir as orientações deles. Acho que a galera confia. (Espescht; Silva, 2014, entrevista)

Esse prestígio conduz também há uma blindagem dos arquitetos, não são todos os moradores que devem falar com eles. Luciana da Cruz, moradora da Ocupação Dandara, sentiu essa blindagem quando um grupo de arquitetos e estudantes de arquitetura estiveram na ocupação para fazer a demarcação do terreno em que será implantada a creche da ocupação, *“porque eu estive com os estudantes quando estava marcando terreno. Só que os coordenadores não deixavam a gente chegar perto.”*

Essa blindagem do arquiteto remete também a outro posicionamento recorrente entre os praticantes deste campo do saber, *“[...] Essa idéia escrupulosa de que o projeto é uma*

obra prima, intocáveis, das quais os clientes/moradores devem se manter à distancia e submeter às imposições do arquiteto – afinal, ele é quem sabe o que é melhor.” (Campos, 2013)

Esse discurso ideológico da obra prima é importante nos procedimentos da arquitetura, dentro da ocupação ele também ocorre, sendo utilizada pelos moradores quando sofrem pressões externas para ocupar áreas livres dentro do terreno ocupado:

Primeira vez que eles vieram, primeiro os meninos que vieram foi de outro lugar nem era aqui do Santa Rita, falando que queriam lotes aqui, a gente explicou que não tinha, que os lotes daqui já eram de famílias e ai eles citaram que tinha uma área enorme lá embaixo, antigamente tinha mais porque as barracas estavam aqui em cima, só tinha lote demarcado, então você via um monte de terra vazia, e ai eu lembro que a gente sentou com eles no escritório e mostrou para eles a maquete, e falou: *“olha está vendo isso aqui, foi feito por arquiteto, para a gente permanecer aqui temos que respeitar exatamente o que está aqui, se a gente foge disso a gente vai ter problema, você está vendo que tem uma nascente, se a gente ocupa aqui, aqui vai ter uma erosão”* e começa a explicar da forma que a gente explicava sem entender muito, mas dava para entender alguma coisa, nem a gente entendia, mas explicando eles entendiam. Então assim, dava para explicar, a gente convenceu os primeiros que não podia ter lote lá embaixo, porque lá não podia ocupar, lá está vazio até hoje, tem um carinha ‘bonito’ que foi lá e construiu bem lá embaixo, mas mesmo assim o povo da ocupação nem conversa com ele, não aceita ele. (Inácio, 2014, entrevista)

Para construir esse respeito ao ordenamento proposto pela arquitetura, além do prestígio que o profissional tem perante os moradores também é utilizado das estratégias de representação típicas do campo para sua sedução, perspectivas, plantas, croquis feitos no calor do momento, demonstrando uma capacidade de sintetização não recorrente entre as pessoas “comuns”. Eu mesmo vivi isso algumas vezes, teve uma ocasião que eu discutia o plano urbano da Ocupação Dandara em uma maquete com o sistema viário representado de uma maneira precária, e percebia a resistência dos coordenadores e moradores que acompanhavam a reunião, neste momento eu abri sobre a maquete um desenho técnico que já havia feito, as pessoas exclamaram estupefadas e a resistência diminuiu. Essas atitudes e elementos reforçam essa condição de “intocável” do arquiteto perante os moradores, conforme expõe Sandro

Cabral sobre a maquete da Ocupação Eliana Silva para o “entendimento” do projeto realizado por nós arquitetos:

Você fez aquela maquete da Eliana Silva, o pessoal viu e ficou “doido”. Porque na maquete, os terrenos já estavam todos divididos e viram o projeto, estava a mesma coisa. Então para o morador, ele se sente motivado. Poxa tem um arquiteto aqui, então não vai virar favela. Então vou fazer isso, porque o arquiteto falou para o cara da coordenação, que tem que ser feito assim, que tem que abrir uma rua e tal, vamos respeitar, vamos abrir a rua. Então vamos respeitar. E se não tiver isso, ninguém respeita. (Cabral, 2014, entrevista)

Essas ações e instrumentos que nós arquitetos utilizamos cotidianamente para o desempenho de nossas atividades profissionais, são percebidas a maior parte das vezes como situações corriqueiras tratadas de uma forma “ingênua”, sem uma crítica, sem percebermos que estamos construindo como nos casos aqui pesquisados essa condição de “blindados” e “intocáveis”, mesmo que *a priori* não seja esta a nossa intenção conforme será discutido no próximo momento.

A participação na concepção do projeto, um discurso fora do lugar

Apesar das intenções de romper com a tradição heterônoma da arquitetura dentro das experiências das ocupações urbanas estudo de caso deste artigo, as práticas ainda se encontram muito ligadas a essa tradição. A concepção dos planos urbanos a partir do projeto já evidencia isto e explicam muitas das contradições que ocorrem em relação à atuação dos arquitetos dentro destas ocupações.

O equívoco começa com uma intenção de proporcionar a autonomia dos moradores a partir de uma prática heterônoma que por natureza é o projeto de arquitetura, onde um sujeito pensa o objeto para que outro o construa e more.

O próprio conceito de “usuário” inerente ao projeto é um indicativo disto:

[...] Usuários são pessoas que, por definição, não produzem espaço, mas o recebem em formas determinadas por outros, mais ou menos preocupados com seu bem-estar. [...] O próprio fato de não existir nenhuma expressão melhor para designar as pessoas que vivem nos

espaços produzidos com a ajuda de arquitetos é um sintoma de nossas práticas impositivas. (Kapp; Baltazar; Morado, 2008)

O conceito de usuário é uma manifestação cabal desta ordem heterônoma que coloca o indivíduo como incapaz de decidir sobre o espaço. A lógica de projeto passa pelo desenho do espaço e não pela sua experiência, trabalhando dentro de uma perspectiva de planejar para depois ocupar, essa lógica se apresenta como equivocada para uma ação que almeja romper com a dependência dos moradores em relação ao arquiteto e dos meios institucionalizados.

Como as concepções dos planos urbanos não partem da experiência e sim de um objeto pronto para ser consumido, e não elaborado a partir de seu consumo, ele restringe as possibilidades da experiência, ao criar soluções para os terrenos das ocupações urbanas, criamos também obstáculos para que outras situações pudessem ocorrer ali.

Merece destacar que a participação dos moradores nas concepções dos planos urbanos ainda é ínfima, essa participação figura como um discurso fora do lugar, com exceção dos ativistas sociais mais habituados com a prática do projeto, todos os demais incluindo também alguns militantes dos movimentos sociais não conseguem de fato participar de sua concepção, ocorrendo o que Marcelo Lopes de Souza constata para discursos que pretendem defender a participação dentro dos meios institucionais:

[...] A retórica da participação é simpática mas, não raro, vazia e enganosa, exatamente quando se subestimam os vários obstáculos ou quando se tenta “vender gato por lebre”. [...] (Kapp; Baltazar; Morado, 2008)

Essa participação é ainda enganosa, mesmo que nós arquitetos envolvidos com as ocupações urbanas busquemos sempre estarmos atentos a melhorar os nossos procedimentos, o nosso princípio de projetar não favorece, o problema não está naqueles que irão morar nas ocupações urbanas, o problema está em pensar como projeto esses locais para que essas pessoas possam morar.

Esse equívoco está presente nas raízes da arquitetura enquanto campo do conhecimento e se manifesta sempre que nós arquitetos desempenhamos a nossa atividade profissional. Garry Stevens cita uma frase de Spiro Kostof sobre a preocupação da arquitetura modernista durante o século XX com a questão da moradia, onde podemos verificar que esse equívoco do projeto enquanto prática da arquitetura é algo que se estende a muitos anos, o nosso problema é a humanidade, queremos reinventá-la quando projetamos, e esquecemos que os seres humanos tem livre-arbítrio:

A retórica modernista [...] Representava a arquitetura como o veículo do bem-estar social e estabeleceu a questão da habitação popular como a mais alta prioridade da arquitetura. Mas nunca se cogitou consultar o usuário da moradia durante o processo de seu projeto...[...] As moradias poderiam parecer estranhas aos nossos hábitos. A falha era de nossos hábitos. [...] As revoluções arquitetônicas exigiam o reprojeto da humanidade. (Stevens, 2003: 23)

Além dos problemas do projeto na relação do arquiteto com o “usuário”, temos também o fato do projeto ser uma ordem de serviço, aquele que pensa o objeto não irá construí-lo, reforçando a sua característica de uma ação heterônoma, esta é uma característica inerente ao projeto de arquitetura. Ela surge com a própria arquitetura como a conhecemos no século XIV, durante a renascença italiana:

Quando nasce a nossa arquitetura ocidental? A partir de Brunelleschi, a partir da metade do século XV mais ou menos, a grande diferença é que a produção não é mais aquela produção da cooperação, mas é uma produção que vai ser caracterizada por uma divisão essencial entre um corpo de conceptores, de um pessoal, que concebe, desenha, prescreve, e um corpo de executantes, a concepção sai do nível dos produtores e passa a constituir um grupo em separado, para simplificar o arquiteto seu projeto. O trabalhador não é mais responsável pelo produto, não é mais responsável por aquilo que ele vai fazer. Basicamente ele vende sua força de trabalho para o construtor, ao chefe etc. E passa a seguir as ordens que lhe são dadas, teoricamente ele não participa mais da concepção, não participa mais das decisões fundamentais, o que fazer, o que deve ser feito em arquitetura, mas o operário se transforma num mero executante de uma decisão que não lhe pertence mais, todas as decisões são tomadas por um corpo de indivíduos que com o tempo vai se diversificar, vai se multiplicar enormemente, mas digamos para nosso interesse, para simplificar, o arquiteto. Há mais gente não é só o arquiteto, mas vários outros indivíduos que participam desse grupo de direção, mas o fundamental para a nossa análise é essa bipartição, de um lado a concepção de outro lado a realização. (Ferro, Acesso em: 18 dez. 2012)

A utilização do projeto como método de trabalho na elaboração dos planos urbanos das ocupações urbanas aqui estudadas é um elemento que reforça sua heteronomia o fato de ser uma prática que atende as disposições dos setores médios, de onde provêm boa parte dos arquitetos, e não atende as disposições dos moradores, estes habituados com imediatismo que nega a postura primordial de um projetista de pensar para depois realizar.

Esta diferença que entendo se vincular a uma diferença de classe, afinal são condições diferentes de existência e por isso produzem *habitus* diferentes (Bourdieu, 2008), foi percebida pela arquiteta e professora Denise Morado no desenvolvimento de trabalhos dentro da Ocupação Irmã Dorothy, não existe planejamento numa ocupação urbana, as demandas são sempre para ontem, e devem ser resolvidas de imediato:

Uma das primeiras coisas que a gente aprendeu na Dorothy e que os meninos que eram bolsistas ficaram apavorados é que não existe planejamento, é o fazer ali, pensar na hora, não é nem amanhã, ocupação não existe amanhã, ocupação existe hoje e que é um problema para nós porque a nossa formação é toda pensar o amanhã. (Morado, 2014, entrevista)

Este imediatismo se deve a situação jurídica de uma ocupação urbana, de se construir o mais rápido possível, pois, uma ocupação consolidada dificulta o processo de reintegração de posse. Porém, entendo que isto também se vincula a uma disposição para o imediato que caracteriza os moradores das ocupações urbanas, esta situação é confortável para eles e são um problema para nós arquitetos e provenientes da pequena burguesia, acostumados a pensar nossas vidas antes de realizá-la.

O projeto de arquitetura não é só um método de trabalho, é um instrumental que atende as disposições de classe dos setores médios da sociedade, a sua aplicação dentro do contexto das ocupações urbanas é uma imposição cultural, mesmo que nós arquitetos/ativistas sociais tenhamos a intenção de romper paradigmas desta sociedade ao nos envolvermos com as ocupações urbanas, nós o fazemos a partir de um instrumental que reforça esses mesmos paradigmas autoritários que estabelecem a desigualdade no acesso a privilégios.

Essa diferença de concepção de como experimentar a cidade entre os arquitetos e os moradores é percebida por Leonardo Péricles, militante do MLB e morador da Ocupação Eliana Silva:

Uma das maiores dificuldades, eu não vejo como um problema, mas eu vejo como um processo de adequação da arquitetura a vida do povão, existe uma resistência do povo, assim de um olhar com preconceito, isso

existe, mas e muito residual também, existe esse preconceito mais do povão do que dos arquitetos, existe um certo conflito de conhecimentos só que ele e pequeno perto do avanço, perto do quão e positivo esse conhecimento da academia vir pra ocupação, então e pequeno mas existe. (Péricles, 2013b, entrevista)

Esse preconceito, que Leonardo aponta dos moradores em relação ao arquiteto, é maior do que o contrário, talvez porque o morador perceba nesta presença da arquitetura uma imposição de uma lógica que o exclui de acessar uma moradia dentro da cidade do capital, esta é uma hipótese que precisa ser levada em conta, afinal, existem manifestações deste tipo constantemente dentro das ocupações urbanas.

A prática do projeto se configura como uma imposição, e ela ocorrem nas sutilezas do comportamento do arquiteto, as suas disposições dificultam a ruptura com essa lógica autoritária e desconsidera as disposições dos moradores. Essa arrogância, mesmo que não declarada ignora os principais interessados nas ocupações urbanas que são os seus moradores:

[...] Os fins têm de ser estabelecidos pelos próprios envolvidos, cabendo aos intelectuais, no máximo, o papel de contribuir para sua discussão crítica.[...] um planejamento crítico não arrogante não pode simplesmente ignorar os "saberes locais" e os "mundos da vida" dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmo. (Souza, 2008: 37)

A prática do projeto se fundamenta em abstrações, condição que os moradores das ocupações não estão habituados. Isto leva algumas situações de conflito como a questão do lote condominial proposto por mim e pela arquiteta Margarete Maria de Araújo Silva (Leta) no primeiro plano urbano elaborado para a Ocupação Dandara. Posteriormente, esse lote condominial foi proposto também nas ocupações Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, porém nestes casos partimos das unidades individuais que podem ser agrupadas e se tornar lotes condominiais ou coletivos.

A resistência dos moradores aos lotes coletivos é recorrente nos casos estudados. No meu entendimento, o lote coletivo poderia ser uma boa solução, permitiria uma maior economia na implantação da infraestrutura urbana que, ao menos na primeira fase, deve ser feita pelos próprios ocupantes. Além disso, o lote coletivo poderia favorecer interações que privilegiassem a coletividade, já que várias situações a serem enfrentadas no cotidiano dessas ocupações necessitam de respostas coletivas. Nas três experiências aqui discutidas, buscaram-

se alternativas espaciais que vencessem a resistência dos moradores aos lotes coletivos. Na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, a proposta foi trabalhar com o modelo de vilas operárias, na Ocupação Eliana Silva foi semelhante. Mas em nenhum momento essa discussão se estabeleceu de fato com os moradores. A urgência de se apropriar do terreno mediante construções concretas e mais difíceis de remover impediu que isso ocorresse.

Poderíamos ter tentado iniciar a discussão em momentos anteriores, mas como o terreno não pode ser revelado a todo o grupo nessa fase, também a discussão seria apenas abstrata e genérica. Realizar essa discussão a partir de outros terrenos é, no meu entendimento, difícil. Conforme tem sido destacado o público das ocupações tem pouca disposição para reflexões que não estejam pautadas em uma realidade tangível. Isso ficou evidente nos momentos em quem tentamos discutir possibilidades de parcelamento do solo.

Na Guarani Kaiowá, a solução dos lotes (formalmente) coletivos está sendo implantada, porém o que se observa é a afirmação do lote individual. Cada morador resolve o seu problema, enquanto as questões de ordem coletiva vão perdendo importância com o passar do tempo. O advogado Fábio Alves (2013, entrevista), ao falar sobre as semelhanças entre as ocupações rurais e urbanas, destaca a questão do individualismo como um dos elementos recorrentes, por mais contraditório que isso possa parecer. Como exemplo ele cita um caso que acompanhou numa ocupação de Sem Terras nos anos 1970, em Santana dos Frades, um povoado na cidade de Pacatuba (Sergipe). Ali havia um coqueiral em posse dos assentados. Enquanto a colheita foi organizada coletivamente, a produtividade permaneceu baixíssima. Apenas quando os moradores individualizaram a colheita, ficando cada um responsável por um grupo de coqueiros e contrariando a proposta comunitária defendida pelo advogado, a produtividade aumentou enormemente. Situações semelhantes são observadas nas ocupações urbanas. Quando se parcela o terreno, as questões coletivas perdem relevância para os moradores e cada um passa a se preocupar somente com aquilo que o afetará diretamente. O lote coletivo na Ocupação Guarani Kaiowá cumpre somente a função de atender uma formalidade da legislação local, ele não é um fato. O que predomina para os moradores é a unidade habitacional, vista como o seu lote, o seu espaço dentro daquela ocupação.

Apesar deste individualismo que Fábio Alves destacou que tem um importante papel na afirmação dos lotes individuais dentro dos planos urbanos das ocupações, a metodologia de projeto também contribui para que essa situação não tenha um outro tratamento entre os moradores.

O lote coletivo como solução de parcelamento ainda não é vivenciado pela maioria da população que compõe as ocupações, exige uma abstração para a qual poucos moradores

têm disposição. As pessoas que compõem as ocupações pertencem a uma parte da sociedade brasileira compreendida pelo sociólogo Jessé Souza como "ralé estrutural". As disposições que adquiriram ao longo da vida não costumam incluir raciocínios abstratos. Suas escolhas tendem a ser orientadas por necessidades e urgências, não por possibilidades nunca vivenciadas. Souza caracteriza a "ralé estrutural" nesse sentido:

Um modo de vida rústico, marcado por uma baixa contenção dos impulsos, em que não só existe pouco poder de vigilância disciplinar sendo exercido por estâncias externas às pessoas, como a polícia, mas, e isso é o principal, em que a disciplina e o autocontrole não foram incorporados, não foram introjetados nas pessoas, passando a ser qualidades intrínsecas a elas. (Souza, 2011: 129)

A rejeição do lote coletivo e a preferência pelo lote individual passam por essa disposição. O lote individual é uma "instituição" social e econômica que todos conhecem e almejam. Já os argumentos em favor do lote coletivo incluem sempre abstrações que desconhecem. Por exemplo, o fato de lotes coletivos reduzirem áreas de arruamento e tornarem mais eficiente a instalação da infraestrutura urbana não faz sentido para boa parte dos moradores da ocupação, que querem, antes de mais nada, se livrar da situação de morar "apinhado" e "de favor" em algum lugar muito precário. A própria existência dessa infraestrutura tem pouca relevância se comparada com a perspectiva de um espaço de alguma autonomia para a família. Assim, o compartilhamento da posse ou da propriedade é visto pelos moradores como uma solução que os desqualificaria.

Quando o morador da Dandara, José Marques, foi questionado em relação a sua preferência pelo lote individual em comparação ao lote coletivo ele demonstra uma insegurança em relação a algo que ele desconhece:

Ele seria bom, mas correria risco de dar problema de morador fica ali dentro do condomínio, não é? Dentro daquele lote. Porque esse era um lote de mil metros. Poderia correr o risco de ter algum problema, briga, essas coisas assim, não é? Fiquei pensando e achei que esse (individual), foi melhor. (Marques, 2014, entrevista)

Essas questões abstratas que o projeto promove é também objeto de polêmicas quando se discutem questões ambientais. A presença de uma nascente ou um curso d'água intermitente dentro do terreno coloca para o público da ocupação a visualização de uma situação que não está evidente, gerando uma grande pressão dos moradores sobre os coordenadores para ocupar essas áreas. Poliana Souza testemunha o que é essa situação entre

os moradores, evidenciando o cuidado que se deve ter com os instrumentos que utilizamos para elaborar os planos urbanos das ocupações:

Não vê, para mim, podia colocar casa em tudo ali que não ia ser diferente, hoje passei a ter um olhar diferente, mas ainda não vejo. O povo não consegue entender, porque se tem uma nascente de fato, daquelas que brotam água, o povo vai respeitar, às vezes não respeita porque vai jogar o esgoto mesmo porque não tem onde jogar, porque precisa jogar, mas se tivesse condição respeitava. Então se a gente vê a água a gente respeita, agora você não vê, tem um tanto de mato, área verde, preservação, mas a gente não consegue entender porque, tem tanta gente precisando de casa para morar, pode ser um pedaço pequenininho, as vezes as pessoas chegam para mim e falam: “*Mas você pode me dar um pedacinho, não precisa de ser do tamanho de um lote não.*” Quando a gente vê essa nascente que não é nascente a vontade é de ocupar tudo, vamos por casa até onde der e vamos estender mais uma, e mais uma, e mais uma. (Inácio, 2014, entrevista)

O método do projeto e suas prescrições deixam evidentes suas contradições nas ocupações urbanas. O consumo do espaço sempre se dá em um evento e expõe uma dinâmica que o projeto não consegue dar conta, essa interação com o espaço projetado proporciona o advento do acaso, proporcionando conflitos que irão expor as deficiências do projeto enquanto definidor dos espaços dentro das ocupações, apontando problemas dessa metodologia de trabalho que extrapolam os objetos aqui estudados (Baltazar, 2009: 19-26).

As contradições que foram apontadas acima evidenciam limites que percebi na atuação dos arquitetos dentro das ocupações urbanas. Será que a atuação dos arquitetos em ambientes como nas ocupações favorecem o processo de emancipação das camadas populares ou somos um empecilho? A dependência criada com a presença do arquiteto no processo é evidente em várias ocasiões em que somos chamados para resolução de situações que poderiam muito bem ter sido resolvida sem a presença de arquitetos. Porém, a dependência apresentada pela população pode ser uma manifestação do inconsciente de controle que nós arquitetos promovemos quando exercemos as nossas atividades. O trabalho do arquiteto tem gerado avanços no embate político das ocupações urbanas a favor dos moradores e movimentos sociais, contudo, não podemos esquecer que nossa atuação cria barreiras nos processos que envolvem a apropriação do terreno pelos principais interessados que são os moradores e estas barreiras também criam dificuldades para um avanço político na direção de

uma vivência em que os moradores se tornem sujeitos do processo e possam favorecer práticas autônomas.

Bibliografia

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. *Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity*. Unpublished PhD thesis, London: The Bartlett School of Architecture, University College London, March 2009.

CAMPOS, Rebekah Brito Montenegro. *O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e liderança do Padre Piggi Bernareggi*. 2013. (mimeo)

FERRO, Sérgio. Aula 1: Um pouco de teoria e Renascimento em Arquitetura. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal//home.jsp?tipo=0&_EntityIdentifier=uspoCVjrMVBG7X8yrtE0leP09JbFqlfELVrm9S_Y_BgVZE>. Acesso em: 18 dez. 2012.

KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO, Denise. *Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas*. 2008.(mimeo)

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: UNB, 2003.

Entrevistas

ANJOS, Junio César dos. Entrevista com o morador das Ocupações Dandara e Emanuel Guarani Kaiowá e militante das Brigadas Populares Junio César dos Anjos. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CABRAL, Sandro Alberto. Entrevista Sandro Alberto Cabral. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

DEBOSSAN, Leonardo. *Entrevista com o geógrafo Leonardo Debossan*. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

INÁCIO, Poliana de Souza Pereira. *Entrevista Poliana de Souza Pereira Inácio*. 11 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LUCAS, Deusiana da Silva. Entrevista Deusiana da Silva Lucas. 12 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MARQUES, José. Entrevista com o morador da Ocupação Dandara José Marques. 19 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MOREIRA, Misael Rubens. Entrevista Pastor Misael Rubens Moreira. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

NASCIMENTO, Denise Morado. Entrevista Denise Morado Nascimento. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

OTONI, Pedro. *Entrevista Pedro Otoni*. 07 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

PÉRICLES, Leonardo. *Entrevista 2 Leonardo Péricles*. 27 dez. 2013. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, André Luiz Gomes e; ESPESCHIT, Érica Coelho. Entrevista com André Luiz Gomes e Silva e Érica Coelho Espechit. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, Maura da. Entrevista com a moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá Maura da Silva. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

VIDAL. Entrevista com a moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá Jéssica Natasha da Cruz Vidal. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.